

Precedentes Vinculantes do TST

Impactos e
Orientações

Impossibilidade de pagamento de FGTS direto ao empregado

Precedente:

Nos casos em que o empregado ajuíza reclamação trabalhista pretendendo a percepção de parcelas relativas ao FGTS e à respectiva multa, os valores devem ser depositados em conta vinculada e não pagos diretamente ao trabalhador. Processo: RRAg-0000003-65.2023.5.05.0201

Medida de prevenção ou observação:

- (i) Nas execuções trabalhistas, os valores correspondentes ao FGTS e à multa de 40% deverão passar a ser depositados em conta vinculada. Não poderá ocorrer pagamento direto ao empregado.
- (ii) Por outro lado, quando da realização de acordos, permanece a possibilidade de ser atribuído ao valor do acordo, de forma integral ou parcial, para fins previdenciários, a natureza indenizatória, inclusive de diferenças de FGTS e multa.



Intervalo para mulher em caso de horas extras

Precedente:

O art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo devidas, no período anterior à sua revogação pela Lei nº 13.467/17, horas extras pela inobservância do intervalo nele previsto, não se exigindo tempo mínimo de sobrejornada para a caracterização do direito ao intervalo. Processo: RRAg-0000038-03.2022.5.09.0022

Medida de prevenção ou observação:

- (i) Nos processos sobre a matéria que ainda tramitam na Justiça do Trabalho em relação ao período anterior à Reforma Trabalhista, buscar solucionar a questão mediante política de acordo, especialmente naqueles casos em que não haja comprovação do gozo do intervalo em questão por empregadas mulheres.
- (ii) Assegurar que o precedente seja observado nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho em relação ao período posterior à Reforma Trabalhista.



Multa por atraso nas verbas rescisórias em caso de rescisão indireta

Precedente:

O reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho em juízo não afasta a O incidência da multa do artigo 477, §8º, da CLT.
Processo: RRAg-0000367-98.2023.5.17.0008

Medida de prevenção ou observação:

(i) Computar na gestão das carteiras de processos o passivo provável quando houver esse pedido. (ii) Levar em consideração, em eventual descumprimento de obrigações contratuais, que haverá esse ônus adicional quando do pagamento das rescisórias em Juízo.



Demissão da empregada gestante e assistência sindical

Precedente:

A validade do pedido de demissão da empregada gestante, detentora da estabilidade provisória prevista no artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), está condicionada à assistência do sindicato profissional ou da autoridade local competente, nos termos do artigo 500 da CLT.
Processo: RR-0000427-27.2024.5.12.0024

Medida de prevenção ou observação:

(i) Exigir sempre a homologação do sindicato em casos de pedido de demissão de gestante. (ii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, havendo prova de que foi aceito pedido de demissão de gestante sem assistência sindical, buscar solucionar a questão mediante política de acordo. (iii) Por cautela, considerando a possibilidade de extensão do precedente a casos similares, proceder a homologação do pedido de demissão para as demais hipóteses de garantia de emprego.



Parte que não leva testemunhas à audiência

Precedente:

Não configura cerceamento de defesa o indeferimento de adiamento da audiência una ou de instrução quando a parte, intimada previamente para apresentar rol de testemunhas, não faz o arrolamento nem leva as testemunhas espontaneamente à audiência. Processo: RRAg-0000444-07.2023.5.17.0009

Medida de prevenção ou observação:

Fazer o arrolamento quando da intimação para a apresentação do rol de testemunhas, sob pena de perder o direito de fazer a prova se não estiverem presentes as testemunhas espontaneamente na audiência.



Banheiro e área para alimentação para trabalhadores de limpeza e conservação que realizam atividades externas

Precedente:

A falta de instalações sanitárias adequadas e de local apropriado para alimentação a empregados que exercem atividades externas de limpeza e conservação de áreas públicas autoriza a condenação do empregador ao pagamento de indenização por danos morais, pois desrespeitados os padrões mínimos de higiene e segurança do trabalho, necessários e exigíveis ao ambiente de trabalho (NR-24 do MTE, CLT, art. 157, Lei nº 8.213/91, art. 19, e CF, art. 7º, XXII)". Processo: RRAg-0011023-69.2023.5.18.0014

Medida de prevenção ou observação:

(i) Verificar se as instalações sanitárias e os locais para alimentação estão adequados, na forma da NR-24 do MTE, CLT, art. 157, Lei nº 8.213/91, art. 19, e CF, art. 7º, XXII, que tratam das condições que devem ser asseguradas aos empregados que exercem atividades externas de limpeza e conservação de áreas públicas. (ii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, comprovado que há falta de instalações sanitárias adequadas e de local apropriado para alimentação para esses empregados que exercem atividades externas de limpeza e conservação de áreas públicas, buscar solucionar a questão mediante política de acordo.



Comissões sobre vendas canceladas

Precedente:

A inadimplência ou cancelamento da compra pelo cliente não autoriza o empregador a estornar as comissões do empregado".

Processo: RRAg-11110-03.2023.5.03.0027

Medida de prevenção ou observação:

(i) Revisar e eventualmente alterar políticas de comissionamento, para que não haja estorno de comissões em razão de inadimplência ou cancelamento de compra. (ii) Assegurar nessa mesma política que o empregado tenha ciência e que fique obrigado, em relação à aprovação do cliente, a cumprir os requisitos mínimos para o fechamento das operações. (iii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, comprovado que houve estorno de comissões em razão do cancelamento de compra, buscar solucionar a questão mediante política de acordo.



Comissões sobre vendas a prazo

Precedente:

As comissões devidas ao empregado vendedor, em razão de vendas a prazo, devem incidir sobre o valor total da operação, aí incluídos os juros e os eventuais encargos financeiros, salvo pactuação em sentido contrário.

Processos: RRAg-11255-97.2021.5.03.0037 e RRAg 1001661-54.2023.5.02.0084

Medida de prevenção ou observação:

(i) Revisar políticas de comissionamento, para que fiquem expressamente previstas a inclusão ou a exclusão dos juros e de eventuais encargos financeiros na base de cálculo das comissões. (ii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, comprovado que as comissões não incidiram sobre o valor total da operação (incluídos os juros e os eventuais encargos financeiros), buscar solucionar a questão mediante política de acordo.



Dano moral em transporte de valores

Precedente:

A submissão do trabalhador não especializado em segurança a transporte de valores acarreta exposição à situação de risco e configura ato ilícito a justificar a reparação por danos morais, sem necessidade de prova do abalo psicológico sofrido. A indenização é devida, inclusive, no caso de empresas de setor econômico diverso da atividade financeira.

Medida de prevenção ou observação:

(i) Não submeter trabalhador não especializado em segurança à atividade de valores. (ii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, havendo a comprovação de que um trabalhador não especializado foi submetido a serviço de segurança e transporte de valores, buscar solucionar a questão mediante política de acordo.



Falta de anotação na CTPS

Precedente:

A ausência de anotação da Carteira de Trabalho do empregado não gera, por si só, dano moral in re ipsa, de modo que necessária a comprovação de constrangimento ou prejuízo sofrido pelo trabalhador em seu patrimônio imaterial, nos termos dos arts. 186 e 927 do Código Civil. Processo: RRAg - 0020084-82.2022.5.04.0141

Medida de prevenção ou observação:

Assegurar que o precedente seja observado nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho.



Precedente:

A realização de revista meramente visual nos pertences dos empregados, desde que procedida de forma impessoal, geral e sem contato físico nem exposição do funcionário a situação humilhante e vexatória, não configura ato ilícito apto a gerar dano moral indenizável.”

Processo: RRAg-
0020444-
44.2022.5.04.0811

Medida de prevenção ou observação:

(i) Adequar as políticas de revista das empresas para que sejam realizadas, quando necessárias, de forma meramente visual nos pertences dos empregados, de forma impessoal, geral e sem contato físico. (ii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, comprovada a revista que não tenha ocorrido nesses termos, sendo ela pessoalizada, com contato físico ou situação humilhante e vexatória, buscar solucionar a questão mediante política de acordo.



Rescisão indireta por atraso no FGTS

Precedente:

A irregularidade no recolhimento dos depósitos de FGTS revela descumprimento de obrigação contratual, nos termos do art. 483, "d", da CLT, de gravidade suficiente para configurar a rescisão indireta do contrato de trabalho, sendo desnecessária a imediatidade na reação do empregado ao descumprimento contratual." Processo: RRAg-1000063-90.2024.5.02.0032

Medida de prevenção ou observação:

(i) Manter os recolhimentos do FGTS em dia para evitar rescisão indireta do contrato de emprego. (ii) Nos processos que eventualmente tramitem com litígio dessa natureza, em não havendo a comprovação do depósito regular do FGTS, buscar solucionar a questão mediante política de acordo.



Motoristas e cobradores no cálculo da cota de aprendizes

Precedente:

As funções de motorista profissional e de cobrador devem ser incluídas na base de cálculo da cota de aprendizes prevista no artigo 429 da CLT".
Processo: RRAg-1001634-27.2019.5.02.0435

Medida de prevenção ou observação:

Considerar o quantitativo de empregados que exercem as funções de motorista profissional e de cobrador para apurar a base de cálculo da cota de aprendizes prevista no artigo 429 da CLT.
